



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-187

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

12 junho 26

Edição nº 538

Página 1 de 20

SUMÁRIO

GOVERNO Leis Municipais	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	7
ADMINISTRAÇÃO Portarias	10
ADMINISTRAÇÃO Editais de Convocação	15
CONSELHOS MUNICIPAIS Atos dos Conselhos	18
CÂMARA MUNICIPAL Atos do Poder Legislativo	19

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330

**GOVERNO | Leis Municipais****LEI Nº 2.457 DE 11 DE JUNHO DE 2026**

Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária do município para o exercício de 2027 e dá outras providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta lei estabelece as diretrizes e bases para definição das metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2027, em conformidade com o disposto no art.165, inciso II e § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil-C.F./1988, art. 174, § 2º da Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1989, e art. 4º da Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal-L.R.F., alterada pela Lei Complementar Federal nº131, de 27 de maio de 2009 e Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016; orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual-L.O.A. para o exercício de 2027, estabelece as normas e disposições de controle da execução orçamentária, regula o aumento de despesa de pessoal, bem como dispõe sobre alterações na legislação tributária que vigorarão a partir do próximo exercício.

Art. 2º. A elaboração da proposta a Lei Orçamentária Anual-L.O.A., para o exercício de 2027, abrangerá os Poderes Executivo, Legislativo e as entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal – L.R.F., e Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

I - Desenvolvimento sustentável da cidade;

II - Gestão Ética, Democrática e Eficiente;

III - Desenvolvimento Urbano;

IV - Evolução na transparência pública.

§1º Fica o Poder Executivo autorizado a implementar, por meio de políticas públicas municipais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que visam ações e programas para erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas, conforme segue:

ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

ODS 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

§2º A proposta para a Lei Orçamentária Anual – L.O.A., para o exercício de 2027, deverá conter a adequação de programas e ações ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial, em atenção à Resolução Federal nº 02/CNODS, de 20 de dezembro de 2023.



CAPÍTULO II

DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º. Ficam estabelecidas no Anexo I, as Metas Fiscais para o exercício de 2027, conforme artigo 4º, Parágrafo 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal-L.R.F., alterada pela Lei Complementar Federal nº131 de 27 de maio de 2009 e Lei Complementar Federal nº156 de 28 de dezembro de 2016, e pela Lei Complementar Federal nº200 de 30 de agosto de 2023 e Portaria STN/MF nº 2057, de 15 de setembro 2025, que aprova a 15ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, com vigência a partir de 2026.

Parágrafo único. Integram o Anexo I de Metas Fiscais, os seguintes demonstrativos que são evidenciados de forma consolidada:

I - Metas Anuais;

II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, Projeção Atuarial do RPPS;

VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 4º. O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal-L.R.F. e a Portaria STN/MF nº 2.057, de 15 de setembro 2025, determinam que o Demonstrativo I, do parágrafo único, do art.3º, desta Lei, seja instruído com memória e metodologia de cálculos das metas anuais, que constituem o Anexo II, denominado Metas Anuais Memória e Metodologia de Cálculos, composto pelas Tabelas:

I - Receita

II - Despesas

III - Resultado Primário

IV - Resultado Nominal

V - Montante da Dívida Pública

Art. 5º. Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo III, denominado Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências,

em que são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do município.

Art. 6º. Integra também esta Lei, o Anexo IV, elaborado conforme modelos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo-TCESP, cujos demonstrativos são compostos por:

I - Planejamento Orçamentário/ Fontes de Financiamento de programas Governamentais

II - Descrição de Programas Governamentais / Metas e Custos

III- Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Art. 7º. Os valores apresentados nos anexos de que tratam os arts. 3º, 4º, 5º e 6º, estão expressos em reais, em consonância com as regras estabelecidas pela portaria STN/MF nº 2.057, de 15 de setembro 2025.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 8º. As metas da Administração Municipal para o exercício de 2027, serão distribuídas no orçamento, detalhadas em programas, projetos e atividades, estão especificados no Anexo IV desta lei, contendo programa, ação, indicador, meta física, unidade de medida e o custo financeiro, distribuído por órgãos.

§1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual-L.O.A. para 2027 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual - P.P.A. 2026-2029, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O. 2027 e no Plano Plurianual – P.P.A. 2026-2029, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO IV

AS ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027

Art. 9º. A Lei Orçamentária Anual – L.O.A. para o exercício de 2027 e a sua execução, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo (Art. 1º, § 1º, 4º, I a 50 e 48 da L.C. nº 101/2000



– L.R.F.), e não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§1º A regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

§3º Os fundos municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§4º As movimentações orçamentárias e financeiras das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Principal, quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

§5º Programar no âmbito municipal um projeto ocupacional que atenda especificamente a criança e adolescentes.

§6º As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade do Anexo I, que dispõe sobre as Metas Fiscais, Anexo II, que dispõe sobre as Metas Anuais Memórias e Metodologia de Cálculos, e Anexo III, que dispõe sobre Riscos Fiscais.

Art. 10. A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária de 2027 e a remeterá ao Executivo até o dia 31 de julho de 2026.

Parágrafo único. O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no caput, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2027, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual – L.O.A. para o exercício de 2027, dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I - Prioridade de investimentos nas áreas sociais;

II - Austeridade na gestão dos recursos públicos;

III - Modernização na ação governamental;

IV - Princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;

Art. 12. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual – L.O.A. para o exercício de 2027, o Executivo estabelecerá a programação financeira e o

cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§1º A programação financeira, que apresenta as previsões para as entradas e saídas de recursos, será demonstrada por mês e por bimestre, e distinguirá as receitas por fontes e as despesas por natureza, e considerará os valores extra orçamentários.

§2º O cronograma mensal de desembolsos, que apresenta as previsões de receitas a arrecadar e de despesas a empenhar, será demonstrado por mês e por bimestre, de forma a orientar os órgãos sobre a capacidade de ordenar as despesas, e levará em consideração os valores extra orçamentários.

Art. 13. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, os Poderes determinarão, de maneira proporcional, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

§2º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas da educação, saúde e assistência social, e na compatibilização dos recursos vinculados, respeitados os limites constitucionais.

§3º Não serão objetos de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do município, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais, inclusive aquelas relativas à folha de pagamento do pessoal.

§4º A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 13, § 1º, poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17 § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – L.R.F., quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no demonstrativo VIII, observando o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos no § 2º, do art.4º, Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei



de Responsabilidade Fiscal – L.R.F.

Parágrafo Único. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvadas as despesas consideradas irrelevantes, cujos valores não ultrapassem o limite estabelecidos para a dispensa de licitação de outros serviços e compras, a que se refere a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo de Riscos Fiscais desta Lei.

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do último exercício.

§2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal de Jarinu/SP, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. A Lei Orçamentária Anual – L.O.A. para o exercício de 2027, conterá reserva de contingência com fixação de percentual mínimo de 0,20 % (vinte centésimos) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária.

§1º A reserva de contingência e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais à sua conta.

§2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá lançar mão de seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais.

Art. 17. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 18. O orçamento anual será compatibilizado com o PPA 2026-2029 e por esta Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.

Parágrafo único. O conjunto de ações governamentais voltadas ao atendimento da primeira infância possui caráter prioritário para os orçamentos de 2026 a 2029 e possui antecedência na programação e na execução orçamentária e financeira durante o período de vigência do Plano Plurianual, conforme agenda transversal e multissetorial a ser regulamentada pelo Poder Executivo junto às respectivas áreas de atendimento;

Art. 19. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar o custeio de despesas próprias da União ou do Estado, as quais somente poderão ocorrer em situações

que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, na medida de suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, e desde que haja convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, de acordo com o disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPITULO V

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS, TRANSPOSIÇÃO E REMANEJAMENTO

Art. 20. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com a classificação da estrutura programática da mesma forma que apresentado na Lei Orçamentária Anual – L.O.A., para o exercício de 2027, observando o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal – L.R.F.

Parágrafo único. Os créditos adicionais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere à Lei, por decreto do Poder Executivo.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir no curso da execução orçamentária de 2027 créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada por esta Lei, observado o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação de um mesmo órgão;

III - Realizar operações de crédito, até o limite estabelecido, nos termos da legislação em vigor;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;

V - A abrir no curso da execução do orçamento de 2027, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

VI - Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

Parágrafo único. Os créditos suplementares de que trata os incisos IV, V e VI não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso I.

Art. 22. Serão consignados na Lei Orçamentária Anual – L.O.A. para o exercício de 2027, recursos financeiros à Câmara Municipal de Jarinu/SP, para atendimento ao disposto no inciso III, do § 2º, do art. 29-A, da Constituição da República Federativa do Brasil – C.F./1988, repassados na proporção



de 1/12 (uns doze avos) do total das despesas destinadas ao Legislativo, até o dia 20 de cada mês.

CAPÍTULO VI

DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA SETOR PRIVADO

Art. 23. Somente será autorizada a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual-L.O.A. para o exercício de 2027, mediante Convênio, Subvenção, Termo de Colaboração, Termo de Fomento, Acordo de Cooperação, Termo de Parceria, Contrato de Gestão, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, e se observadas às seguintes condições:

I - Lei específica que expressamente defina a destinação de recursos às entidades beneficiadas, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – L.R.F. e artigo 12, § 3º da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, além das exigências instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP;

II - Os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas atualizações, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil;

III - Prova de funcionamento regular da entidade com relatórios de sua contabilidade e comprovante do mandato de sua diretoria;

IV - Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal, a Previdência Social e o Fundo de Garantia.

V - Plano de aplicação dos recursos solicitados;

VI - Outros requisitos que venham a ser estabelecidos ou legislação específica.

§1º A transferência de recursos a instituições privadas das quais se tratam o art.21, não poderá ultrapassar 7,00 % da Receita Corrente Líquida estimada.

§2º Ocorrendo o deferimento por parte do Executivo, este solicitará, através de projeto de Lei, autorização formal ao Legislativo.

§3º O Poder executivo concederá prazo até 30 de janeiro do ano seguinte ao recebimento do repasse, para a prestação de contas, devendo ocorrer à devolução dos valores no caso de desvio de finalidade.

§4º As entidades deverão divulgar na internet, em seus respectivos sítios eletrônicos, as prestações de contas anuais e o acompanhamento das metas pactuadas nas avenças celebradas com o Município, sem o que os repasses não serão efetuados.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 24. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal de Jarinu/SP, projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - Instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - Revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - Modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – I.S.S.Q.N., Imposto de Transmissão de Bens Imóveis-I.T.B.I., Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-I.P.T.U., com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e justa;

IV - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

V - Atualização da Planta genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário, se necessárias à preservação do equilíbrio das contas públicas e à geração de recursos para investimentos, ou, ainda, para a manutenção ou ampliação das atividades próprias do município.

VI - A revisão e atualização do Código Tributário Municipal, com vistas à correção de distorções, à modernização das normas e à adequação ao novo sistema tributário nacional decorrente da reforma tributária prevista na Emenda Constitucional nº 132 de 20 de dezembro de 2023, bem como em consonância com demais normas complementares Federal supervenientes que regulamentem o novo regime fiscal;

Art. 25. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só será promovida se observada às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000-Lei de Responsabilidade Fiscal – L.R.F., devendo os respectivos projetos de lei serem acompanhados dos documentos ou informações que comprovam o atendimento do disposto no caput do referido artigo, bem como do seu inciso I ou II.

Parágrafo único. Não se sujeitam às regras do caput a simples homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente e quando a anistia for referente aos encargos da dívida ativa.

Art. 26. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante



autorização em lei, não se constituindo renúncia de receita. (art. 14 §3º da L.C. nº 101/2000 – L.R.F.).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 27. Desde que observada à legislação vigente, respeitados os limites previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal – L.R.F., e cumpridas às exigências previstas nos arts. 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - Concessão de qualquer vantagem, reajuste ou aumento de remuneração, criação ou transformação de cargos, empregos e funções, ou ainda alteração de estruturas de carreiras;

II - Admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - Prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes;

II - Lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do caput;

III - Observância da legislação vigente, no caso do inciso II.

§2º Estão a salvo das regras contidas no § 1º a concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente homologatório.

§3º No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil – C.F./1988.

Art. 28. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal – L.R.F., a contratação de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecidas pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 29. A cessão de funcionários para outras esferas de governo independe de convênios, termos de acordo, ajuste ou congênere, desde que haja recursos orçamentários disponíveis, e que não sejam admitidos para esse fim específico, salvo se para realizar atividades em que o município tenha responsabilidade solidária com outros entes da Federação.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30. Se a Lei Orçamentária Anual – L.O.A. para o exercício de 2027, não for publicada até o último dia do exercício de 2026, fica autorizada a realização das despesas de 2027 até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) de cada programa e ação da proposta original do orçamento remetida ao Legislativo, enquanto a respectiva lei não for promulgada.

Parágrafo único. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária Anual – L.O.A. para o exercício de 2027, a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 31. Integram esta Lei os Anexos I, II, III e IV.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MAURICIO ALAN BERTOLOTI
Secretário Municipal de Finanças

Os anexos referentes a esta lei encontram-se no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Jarinu, podendo ser acessados pelo link <https://www.jarinu.sp.gov.br/publicacoes/planejamento-orcamentario/ldo>

ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 022/2026 - Edital nº 026/2026 – Processo E. nº 1.096/2025 do tipo menor preço por item. Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA, COMPREENDENDO FRASCOS E SACOS PARA COLETA DE ÁGUA, SACHE PARA ANÁLISE DE ÁGUA, SACOS DE LIXO TÓXICO E PILHAS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 25 de junho de 2026 às 09H00M. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 25 de junho de 2026 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET <https://novobbmnet.com.br/>. Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 11 de junho de 2026.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 154/2026

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna público a abertura de prazo para cotação em que visa à Aquisição parcelada de estocáveis (arroz branco, aveia em flocos finos, farinha de trigo, feijão carioca, feijão preto, fermento químico,



fubá de milho, flocos de milho sem açúcar, grão de bico, colorau, sal refinado, vinagre, biscoito doce tipo rosquinha, biscoito de leite sem recheio, biscoito salgado sem recheio tipo cream cracker, biscoito de arroz, açúcar refinado, cacau em pó 100%, fórmula infantil de seguimento, fórmula à base de soja, leite à base de soja, leite em pó integral, leite zero lactose, margarina, requeijão, requeijão zero lactose, milho em conserva, extrato de tomate concentrado, óleo de soja, macarrões e iogurte natural) destinados ao preparo da merenda escolar da rede municipal de ensino, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 15/06/2026

PRAZO FINAL : 17/06/2026

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE ADITAMENTOS

Termo de Aditamento 03 ao Contrato nº 045/2023 – Data: 02/06/2026 – Processo Eletrônico nº 649/2023 – Objeto: contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de desentupimento e limpeza de fossa séptica, caixa de gordura e esgoto, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – Aditar o valor em 25% que representa o valor de R\$ 26.419,17 – Contratado: Inspec Prag Controle de Pragas Ltda. ME

Termo de Aditamento 02 ao Contrato nº 066/2024 – Data: 02/06/2026 – Processo nº 146/2024 – Objeto: contratação de empresa de engenharia, especializada no ramo, para prestação de serviços para execução de obra civil com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessários para a execução de reforma e ampliação de centro de especialidades, no prédio público existente localizado na Rua João Pessoa, nº 560, Vila Rica – Aditar o Contrato: Supressão: R\$ 132.662,82, que representa 3,5140%; Acréscimo: R\$ 1.751.820,72, que representa 46,4026%; Valor Final do Contrato: R\$ 5.394.422,41; Totalizando o Percentual de 49,9166% - Contratada: L&T Empreendimentos E Construções Ltda. EPP – Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 009/2024

Termo de Aditamento 01 ao Contrato nº 021/2026 – Data: 03/06/2026 – Processo Eletrônico nº 196/2026 – Objeto: contratação de clínica especializada para internação psiquiátrica compulsória para paciente, em cumprimento à decisão judicial, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Prorrogar o prazo de vigência por 90 (noventa) dias, iniciando-se em 05/06/2026 - Contratada: MSPM Hospital Especializado Ltda. – Valor: R\$ 60.000,00 – Modalidade: Dispensa de Licitação, com fulcro no Art. 75, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021

Termo de Aditamento 01 ao Contrato nº 026/2026 – Data: 03/06/2026 – Processo Eletrônico nº 245/2026 – Objeto: contratação de vaga em hospital especializado em psiquiatria, em cumprimento ao Mandado Judicial nº 1501104-49.2025.8.26.0301, para tratamento, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - Prorrogar o prazo de vigência por 90 (noventa) dias, iniciando-se em 17/06/2026 – Contratada: MSPM Hospital Especializado Ltda. – Valor: R\$ 75.000,00 – Modalidade: Dispensa de Licitação, com fulcro no Art. 75, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021

Termo de Aditamento 03 ao Contrato nº 030/2023 – Data: 10/06/2026 – Objeto: fornecimento de serviços em tecnologia da informação no formato SAAS (software como serviço) - prestação de serviço técnico especializado para fornecimento, com licença de uso de 12 meses, de serviços de tecnologia no formato software como serviço para Portal Municipal adequado às legislações vigentes, diário oficial eletrônico, área de transparência, área institucional, área de notícias, área de serviços, área de turismo, calendário de eventos, portal para cadastro de currículos e de vagas de emprego, portal para cadastro e busca de prestadores de serviço, comércio e empresas, e-mail municipal, hospedagem, rotinas de backup, rotinas de segurança contra ataques hackers, monitoramento de performance das aplicações, migração, treinamento, suporte, customizações, ajustes legais e manutenção - Prorrogação do Prazo de Vigência por 12 (doze) meses, iniciando-se em 12/06/2026, com aplicação do índice de reajuste em 4,10% – Contratada: Webnets Soluções Ltda. ME – Valor: R\$ 88.273,20 – Modalidade: Convite nº 002/2023

Termo de Aditamento 02 ao Contrato nº 114/2025 – Data: 11/06/2026 – Processo nº 150/2025 – Objeto: contratação de empresa especializada de engenharia para prestação de serviço para execução de construção de pista de caminhada, na Rua 17 da Vila Primavera, Jarinu/SP – Aditar o valor em 22,74% que representa o valor de R\$ 57.469,11 – Contratada: Laço Construções e Engenharia Ltda. ME - Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 009/2025

EXTRATOS DE ADITAMENTOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Termo de Aditamento 01 à Ata de Registro de Preços nº 034/2025 – Data: 10/06/2026 – Processo Eletrônico nº 229/2025 – Objeto: Registro de preços visando a contratação



de empresa especializada na prestação de serviços especializados para fornecimento e execução de implantação de materiais de sinalização vertical, semafórica e elementos de segurança viária, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal De Mobilidade E Planejamento Viário – Prorrogação do Prazo de vigência por 12 (doze) meses, iniciando-se em 16/06/2026 - Reajustar o valor em 4,10% (INPC/FGV) – Valor: R\$ 211.269,90 - Contratada: Brasil Sinalização Ltda. EPP – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 031/2025.

Termo de Aditamento 01 à Ata de Registro de Preços nº 035/2025 – Data: 10/06/2026 – Processo Eletrônico nº 229/2025 – Objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços especializados para fornecimento e execução de implantação de materiais de sinalização vertical, semafórica e elementos de segurança viária, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal De Mobilidade E Planejamento Viário – Prorrogação do Prazo de vigência por 12 (doze) meses, iniciando-se em 16/06/2026 - Reajustar o valor em 4,10% (INPC/FGV) – Valor: R\$ 3.607.050,89 - Contratada: FVB Construção E Sinalização De Trânsito Ltda. – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 031/2025

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 038/2026 – Data: 03/06/2026 – Processo nº 239/2025 – Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de produtos de limpeza higiene, descartáveis e materiais para limpeza, para atender a demanda dos diversos Departamentos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Jarinu – Contratada: Papermax Comercial Ltda. EPP – Valor: R\$ 81.000,00 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 008/2026

Ata de Registro de Preços nº 039/2026 – Data: 03/06/2026 – Processo nº 239/2025 – Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de produtos de limpeza higiene, descartáveis e materiais para limpeza, para atender a demanda dos diversos Departamentos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Jarinu – Contratada: Ana Valeria Tonelotto EPP – Valor: R\$ 124.281,80 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 008/2026

Ata de Registro de Preços nº 040/2026 – Data: 03/06/2026 – Processo nº 239/2025 – Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de produtos de limpeza higiene, descartáveis e materiais para limpeza, para atender a demanda dos diversos Departamentos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Jarinu – Contratada: RVN Distribuidora de Produtos Ltda. EPP – Valor: R\$ 10.992,00 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 008/2026

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato nº 068/2026 – Data: 09/06/2026 – Processo nº 125/2026 – Objeto: aquisição de massa asfáltica cbuq usinada a quente para aplicação à frio em sacas de 25 kgs, para

manutenção e reparos de vias asfaltas, com a aplicação à frio, para atender as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos. – Contratada: Stone Asfalto Rápido Ltda. EPP – Valor: R\$ 31.296,00 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Dispensa de Licitação, com fulcro no Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021

Contrato nº 069/2026 – Data: 09/06/2026 – Processo nº 130/2026 – Objeto: contratação de consultoria especializada em transporte coletivo para realização de análise técnico-operacional e econômico-financeira do contrato de concessão e de sua execução, oriundos da Concorrência Pública nº 002/2012 – Contratada: CL4 Administra Serviços Ltda. ME – Valor: R\$ 37.947,00 – Vigência: 06 (seis) meses – Modalidade: Dispensa de Licitação, com fulcro no Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021

Jarinu, 12 de junho de 2026

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 023/2026 - Edital nº 027/2026 – Processo nº 033/2026 do tipo menor preço por item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS DO NÚCLEO DE BEM-ESTAR ANIMAL DE CÃES E GATOS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 29 de junho de 2026 às 09H00M. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 29 de junho de 2026 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET <https://novobbmnet.com.br/>. Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 12 de junho de 2026.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 024/2026 - Edital nº 028/2026 – Processo nº 145/2026 do tipo menor preço por item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE KITS LANCHE, INCLUINDO PREPARO, ACONDICIONAMENTO E ENTREGA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até



dia 30 de junho de 2026 às 09H00M. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 30 de junho de 2026 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET <https://novobbmnet.com.br/>. Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 12 de junho de 2026.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 152/2026

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna público a abertura de prazo para cotação em que visa à aquisição de livros paradidáticos destinados às unidades escolares da rede municipal de ensino de Jarinu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 15/06/2026

PRAZO FINAL : 17/06/2026

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 488/2026

A Prefeitura Municipal de Jarinu, tornar público a abertura de prazo para cotação em que visa à AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES DA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 15/06/2026

PRAZO FINAL : 17/06/2026

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br.

[br , cotacao@jarinu.sp.gov.br](mailto:cotacao@jarinu.sp.gov.br) e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO | Portarias

PORTARIA Nº 14.677, DE 03 DE JUNHO DE 2026.

“EXONERA A PEDIDO a Sra. TANIA APARECIDA NEVES, do emprego público temporário de COZINHEIRO.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. TANIA APARECIDA NEVES portadora do RG: 48.744.XXX-X-SSP/SP CPF. 352.XXX.518-XX e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 0147XX Série 0029X-SP do emprego público temporário de COZINHEIRO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 03 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

HELNILY RAMOS RAGASSO
Secretária de Administração - Interina

PORTARIA Nº 14.678, DE 06 DE JUNHO DE 2026.

“EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO A SRA. ELOÁ SOUSA SILVA DO EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Sra. ELOÁ SOUSA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG. 48.977.XXX-X-SSP/SP, CPF. 389.673.808-XX e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 38967XX Série 089X-SP do Emprego Público Temporário de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.



Município de Jarinu, 06 de Junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.679, DE 08 DE JUNHO DE 2026.

“EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO A SRA. KARIME RODRIGUES LACERDA DA SILVA DO EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Sra. KARIME RODRIGUES LACERDA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG. 41.772.XXX-X---SSP/SP, CPF. 360.XXX.998-XX e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 336XX Série 038X-SP do Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 08 de Junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.680, DE 08 DE JUNHO DE 2026.

“EXONERA A PEDIDO a Sra. ANGELA BUGELLI HERMANO SANTOS do emprego público de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a Sra. ANGELA BUGELLI HERMANO SANTOS, portadora da Cédula de Identidade RG: 10.369.XXX-X CPF: 043.XXX.548-XX e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 465XX Série 00XX3-SP do emprego público de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I..

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 08 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.681, DE 08 DE JUNHO DE 2026.

“NOMEIA a Sra. VIVIAN FERNANDES ROSA DA SILVA, para ocupar o cargo em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. VIVIAN FERNANDES ROSA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG.38.872.XXX-5-SSP/SP, CPF. 496.287.XXX-XX e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 0066XXX Série 0038X-SP, para ocupar o cargo em Comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, de acordo com a Lei Complementar 237 de 05 de junho de 2025.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 08 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.682, DE 09 DE JUNHO DE 2026.

“NOMEIA o Sr. ALLAN HENRIQUE WATANABE, aprovado em 01º lugar no concurso público nº 003/2025, para exercer o cargo público de OPERADOR DE MAQUINA, referência 14.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas



atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R, o Sr ALLAN HENRIQUE WATANABE, portador da Cédula de Identidade RG: 47.503.XXX-X CPF: 371.208.XXX-42 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 3712XX Série 7284X-SP, para exercer o cargo público de OPERADOR DE MAQUINA, referência 14 .

Art. 2º - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do presente ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

Parágrafo único. O nomeado deverá se apresentar em até 30 (trinta) dias à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jarinu para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado, a saber: 12/06/2026 à 11/07/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 09 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.683, DE 09 DE JUNHO DE 2026.

“NOMEIA o Sr. MOISES ALEXANDRO BEZERRA aprovado em 02º lugar no concurso público nº 002/2025, para exercer o cargo público de CONDUTOR SOCORRISTA, referência 16.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R, o Sr. MOISES ALEXANDRO BEZERRA portador da Cédula de Identidade RG: 24.XXX.516-X CPF: 259.XXX.838-10 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 0925XX Série 0009X-SP, para exercer o cargo público de CONDUTOR SOCORRISTA, referência 16.

Art. 2º - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do presente ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

Parágrafo único. O nomeado deverá se apresentar em até 30 (trinta) dias à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jarinu para ser empossado e receber instruções sobre o local

de trabalho para o qual será designado, a saber: 12/06/2026 à 11/07/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 09 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.684, DE 09 DE JUNHO DE 2026.

“NOMEIA a Sra. JESSICA SANTOS COSTA, aprovada em 07º lugar no concurso público nº 003/2025, para exercer o cargo público de MOTORISTA, referência 15.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R, a Sra. JESSICA SANTOS COSTA, portadora da Cédula de Identidade RG: 49.061.XXX-1 CPF: 399.XXX.778-XX e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 39961XX Série 784X-SP, para exercer o cargo público de MOTORISTA, referência 15..

Art. 2º - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do presente ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

Parágrafo único. O nomeado deverá se apresentar em até 30 (trinta) dias à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jarinu para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado, a saber: 12/06/2026 à 11/07/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 09 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração



PORTARIA Nº 14.685, DE 09 DE JUNHO DE 2026.

“EXONERA A PEDIDO o Sr. DEVERSON ANTONIO MASOTTI do cargo público de DIRETOR DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o Sr. DEVERSON ANTONIO MASOTTI, portador da Cédula de Identidade RG: 27.XXX.398-XCPF: 178.855.268-XX e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 2806X Série 16X-SP do emprego público de DIRETOR DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 09 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.686, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

“NOMEIA a Sra. JULIA ANHOLON DE TOLEDO, aprovada em 37º lugar no concurso público nº 001/2025, para exercer o cargo público de COORDENADOR DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, referência 24.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R, a Sra. JULIA ANHOLON DE TOLEDO, portadora da Cédula de Identidade RG: 44.350.XXX-1 CPF: 448.998.XXX-88 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 0480XX Série 004XX-SP, para exercer o cargo público de COORDENADOR DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, referência 24.

Art. 2º - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do presente ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

Parágrafo único. O nomeado deverá se apresentar em até 30 (trinta) dias à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jarinu para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado, a saber: 15/06/2026

à 14/07/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 11 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.687, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

“NOMEIA o Sr. LORRAN DE OLIVEIRA, aprovado em 03º lugar no concurso público nº 001/2025, para exercer o cargo público de MONITOR DE INFORMÁTICA, referência 09.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R, o Sr. LORRAN DE OLIVEIRA, portador da Cédula de Identidade RG:49.XXX.711-X CPF: 392.XXX.948-3X e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 225XXSérie 0035X-SP, para exercer o cargo público de MONITOR DE INFORMÁTICA, referência 09.

Art. 2º - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do presente ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

Parágrafo único. O nomeado deverá se apresentar em até 30 (trinta) dias à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jarinu para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado, a saber: 15/06/2026 à 14/07/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 11 de Junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração



PORTARIA Nº 14.688, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

“NOMEIA a Sra. ELISETE CRISTINA PIEDADE, aprovada em 23º lugar no concurso público nº 001/2025, para exercer o cargo público de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA, referência 19.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R, a Sra. ELISETE CRISTINA PIEDADE, portadora da Cédula de Identidade RG: 19.XXX.610-X CPF: 145.XXX.228-13 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 14537X Série 228XX-SP, para exercer o cargo público de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA, referência 19.

Art. 2º - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do presente ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

Parágrafo único. O nomeado deverá se apresentar em até 30 (trinta) dias à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jarinu para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado, a saber: 15/06/2026 à 14/07/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 11 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.689, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

“NOMEIA o Sr. JEFERSON SASDELLI, aprovado em 12º lugar no concurso público nº 003/2025, para exercer o cargo público de MOTORISTA, referência 15.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R, o Sr. JEFERSON SASDELLI, portador da Cédula de Identidade RG: 56.357.XXX-3 CPF: 472.074.178-XX e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 4720XX Série 1789X-SP, para exercer o cargo público de MOTORISTA,

referência 15.

Art. 2º - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do presente ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

Parágrafo único. O nomeado deverá se apresentar em até 30 (trinta) dias à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jarinu para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado, a saber: 15/06/2026 à 14/07/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 11 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.690, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

“NOMEIA o Sr. DAVID PEREIRA DOS SANTOS, aprovado em 25º lugar no concurso público nº 001/2025, para exercer o cargo público de INSPETOR DE ALUNOS, referência 08.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R, o Sr. DAVID PEREIRA DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade RG: 54.062.XXX-7 CPF: 328.XXX.618-XX e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 884XX Série 010X-MG, para exercer o cargo público de INSPETOR DE ALUNOS, referência 08.

Art. 2º - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do presente ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

Parágrafo único. O nomeado deverá se apresentar em até 30 (trinta) dias à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jarinu para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado, a saber: 15/06/2026 à 14/07/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.



Município de Jarinu, 11 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.691, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

“Autoriza o Sr. JOÃO CARLOS LOPES DE CAMARGO – VICE-PREFEITO a responder interinamente pela PREFEITURA no período de 01/07/2026 a 31/07/2026.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a licença de gozo de férias conferida à Sra. Prefeita, conforme Decreto Legislativo de nº 04/2026 nos termos do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - AUTORIZAR o Sr. JOÃO CARLOS LOPES DE CAMARGO, portador da Cédula de Identidade RG. 5.721.XXX-7 - SSP/SP, CPF. 600.XXX.398-XX e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 636XX Série 0031X-SP ocupante do cargo de agente político de VICE-PREFEITO MUNICIPAL, a responder interinamente pela Prefeitura Municipal de Jarinu no período de 01/07/2026 a 31/07/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 11 de junho de 2026.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO | Editais de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE DE Nº 169/2026, DE 12 DE JUNHO DE 2026.

CONVOCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU - SP, por intermédio da Prefeita Municipal Débora Cristina do Prado Belinello, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando a homologação final do resultado

do Concurso Público nº 01/2025 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município, CONVOCA os candidatos, habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste edital, na ordem subsequente da lista de aprovados, tendo em vista a desistência/renúncia dos candidatos anteriores, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

EDITAL CONCURSO Nº 01/2025

CARGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	09	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
JACIARA DE SOUSA LIMA	93
BEATRIS CANDIDO COSTA	94

I – DO COMPARECIMENTO

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral - Divisão de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da publicação do Edital, munido dos seguintes documentos e cópias:

Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Certidão de Distribuição Cível em Geral, Certidão de Quitação Eleitoral, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 (dezoito) anos, Caderneta de Vacinação de filhos menores de 05 (cinco) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Cargo Público acima mencionado, constantes do Edital do Concurso nº 01/2025.

Apresentar ainda, declaração negativa de acúmulo de cargo ou emprego público (modelo na Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura), prova de exoneração ou da rescisão de cargo ou emprego, se for o caso ou, no caso de acúmulo legal, declaração positiva e declaração emitida pelo órgão em que o servidor encontra-se vinculado, mencionando a necessária compatibilidade de horários públicos exercida anteriormente e Declaração de Bens que possui na data de entrega dos documentos acima citados.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.



II - DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial do Município.

O candidato poderá acompanhar a nomeação pelo Diário Oficial: <https://www.jarinu.sp.gov.br/diariooficial>.

III - DA POSSE

Cumpridas as exigências constantes dos itens anteriores deste Edital, a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

O candidato deverá se apresentar em ATÉ 30 (trinta) dias úteis à Divisão de Gestão de Pessoas para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Jarinu, em 12 de junho de 2026.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE DE Nº 170/2026, DE 12 DE JUNHO DE 2026.

CONVOCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU - SP, por intermédio da Prefeita Municipal Débora Cristina do Prado Belinello, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando a homologação final do resultado do Concurso Público nº 01/2025 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

EDITAL CONCURSO Nº 01/2025

CARGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
DIRETOR DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	26	40 HORAS SEMANAIS
CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO	
ALEXANDRE SANTOS VIEIRA	26	

I – DO COMPARECIMENTO

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral - Divisão de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da publicação do Edital, munido dos seguintes documentos e cópias:

Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Certidão de Distribuição Cível em Geral, Certidão de Quitação Eleitoral, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 (dezoito) anos, Caderneta de Vacinação de filhos menores de 05 (cinco) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Cargo Público acima mencionado, constantes do Edital do Concurso nº 01/2025.

Apresentar ainda, declaração negativa de acúmulo de cargo ou emprego público (modelo na Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura), prova de exoneração ou da rescisão de cargo ou emprego, se for o caso ou, no caso de acúmulo legal, declaração positiva e declaração emitida pelo órgão em que o servidor encontra-se vinculado, mencionando a necessária compatibilidade de horários públicos exercida anteriormente e Declaração de Bens que possui na data de entrega dos documentos acima citados.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial do Município.

O candidato poderá acompanhar a nomeação pelo Diário Oficial: <https://www.jarinu.sp.gov.br/diariooficial>.

DA POSSE

Cumpridas as exigências constantes dos itens anteriores deste Edital, a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

O candidato deverá se apresentar em ATÉ 30 (trinta) dias úteis à Divisão de Gestão de Pessoas para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.



Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Jarinu, em 12 de junho de 2026.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE DE Nº 171/2026, DE 12 DE JUNHO DE 2026.

CONVOCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU - SP, por intermédio da Prefeita Municipal Débora Cristina do Prado Belinello, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando a homologação final do resultado do Concurso Público nº 01/2025 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

EDITAL CONCURSO Nº 01/2025

CARGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I	18	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
EVELYN CRISTINA MORAES FORTUNATO	38
ELISEU OLIVEIRA LOPES DE SOUSA	39
TELMA JUSCIANA BORGES	40

I – DO COMPARECIMENTO

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral - Divisão de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da publicação do Edital, munido dos seguintes documentos e cópias:

Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Certidão de Distribuição Cível em Geral, Certidão de Quitação Eleitoral, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 (dezoito) anos, Caderneta de Vacinação de filhos menores de 05 (cinco) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de

Escolaridade, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Cargo Público acima mencionado, constantes do Edital do Concurso nº 01/2025.

Apresentar ainda, declaração negativa de acúmulo de cargo ou emprego público (modelo na Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura), prova de exoneração ou da rescisão de cargo ou emprego, se for o caso ou, no caso de acúmulo legal, declaração positiva e declaração emitida pelo órgão em que o servidor encontra-se vinculado, mencionando a necessária compatibilidade de horários públicos exercida anteriormente e Declaração de Bens que possui na data de entrega dos documentos acima citados.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial do Município.

O candidato poderá acompanhar a nomeação pelo Diário Oficial: <https://www.jarinu.sp.gov.br/diariooficial>.

DA POSSE

Cumpridas as exigências constantes dos itens anteriores deste Edital, a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

O candidato deverá se apresentar em ATÉ 30 (trinta) dias úteis à Divisão de Gestão de Pessoas para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Jarinu, em 12 de junho de 2026.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE DE Nº 172/2026, DE 12 DE JUNHO DE 2026

CONVOCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU - SP, por intermédio da Prefeita Municipal Débora Cristina do Prado Belinello, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do



Município e considerando a homologação final do resultado do Concurso Público nº 03/2025 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

EDITAL CONCURSO Nº 03/2025

CARGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	08	44 HORAS SEMANAIS
CANDIDATOS		CLASSIFICAÇÃO
DALILA PAULA ATANASIO FERREIRA		20
JHONATAN SALES DA CUNHA		21
PAULO LUIZ JOSE DOS SANTOS		22

I – DO COMPARECIMENTO

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral - Divisão de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da publicação do Edital, munido dos seguintes documentos e cópias:

Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Certidão de Distribuição Cível em Geral, Certidão de Quitação Eleitoral, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 (dezoito) anos, Caderneta de Vacinação de filhos menores de 05 (cinco) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Cargo Público acima mencionado, constantes do Edital do Concurso nº 03/2025.

Apresentar ainda, declaração negativa de acúmulo de cargo ou emprego público (modelo na Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura), prova de exoneração ou da rescisão de cargo ou emprego, se for o caso ou, no caso de acúmulo legal, declaração positiva e declaração emitida pelo órgão em que o servidor encontra-se vinculado, mencionando a necessária compatibilidade de horários públicos exercida anteriormente e Declaração de Bens que possui na data de entrega dos documentos acima citados.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

II -DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial do Município.

O candidato poderá acompanhar a nomeação pelo Diário Oficial: <https://www.jarinu.sp.gov.br/diariooficial>.

III-DA POSSE

Cumpridas as exigências constantes dos itens anteriores deste Edital, a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

O candidato deverá se apresentar em ATÉ 30 (trinta) dias úteis à Divisão de Gestão de Pessoas para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Jarinu, em 12 de junho de 2026.

Valdirene Arena Piloto
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

CONSELHOS MUNICIPAIS | Atos dos Conselhos

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

Dispõe sobre o deferimento de recurso administrativo interposto por candidata ao segmento de representantes dos professores da Rede Municipal de Ensino no processo eleitoral para composição do Conselho Municipal de Educação.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARINU, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as disposições contidas no Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação e no Edital nº 01/2026, que regulamentou o processo eleitoral para escolha dos representantes dos segmentos que compõem este Conselho;

CONSIDERANDO o recurso administrativo protocolado pela candidata Rosangela Aparecida Souza Machado bruno, concorrente à vaga de representante dos professores da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a apuração realizada pelo CME e a análise dos documentos e informações constantes nos autos;



CONSIDERANDO que foi constatado que os professores das EMEF's "Durvalina Brossi Pauletto" e "Rodolpho Soranz" não tiveram oportunidade efetiva de participar do processo de votação em razão de falhas na comunicação interna por parte das respectivas direções escolares, circunstância que comprometeu a ampla participação do segmento eleitoral;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, transparência, publicidade, participação democrática e garantia da igualdade de condições entre os eleitores e candidatos;

CONSIDERANDO que a restrição ao exercício do direito de voto de parcela significativa do eleitorado pode comprometer a legitimidade e a regularidade do processo eleitoral;

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida no dia 11/06/2026, que consta na ata nº 06/2026 do Conselho Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir o recurso administrativo interposto pela candidata ROSANGELA APARECIDA SOUZA MACHADO BRUNO, reconhecendo a ocorrência de falhas de comunicação que impediram os professores das Escolas EMEF's "DURVALINA BROSSI PAULETTO" e "RODOLPHO SORANZ" de exercerem regularmente seu direito de voto.

Art. 2º Declarar prejudicado o resultado da eleição referente ao segmento de representantes dos professores da Rede Municipal de Ensino realizada em 28/05/2026.

Art. 3º Determinar a realização de nova votação para o segmento referido no artigo anterior, garantindo-se ampla divulgação do processo eleitoral a todos os eleitores habilitados, especialmente nas unidades escolares mencionadas.

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação estabelece que o novo cronograma eleitoral, será entre os dias 15/06 e 17/06/2026, nos horários de HTPC.

Art. 5º Os professores da Jornada Ampliada votarão na sua Unidade Escolar.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 11 de junho de 2026

Maria Goreti Aparecida de Almeida Lorencini
Presidente do Conselho Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL | Atos do Poder Legislativo

DISPENSA DE LICITAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO

Processo: nº 98/2026

Contratante: Câmara Municipal de Jarinu, CNPJ 01.569.688/0001-98, Rua Antônio de Aguiar Peçanha, nº 200, Jardim da Saúde, CEP 13240-186, Jarinu/SP.

Representante: Presidente Vereador Rogério Pereira de Souza.

Contratada: Papelaria e Copiadora Copysul LTDA - CNPJ 68.533.967/0001-72.

Objeto: Locação de impressoras multifuncionais para uso das dependências da Câmara Municipal de Jarinu, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e insumos e suporte técnico especializado, conforme especificações constantes no Termo de Referência integrante do Processo nº 98/2026.

Fundamentação legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (dispensa de licitação por valor).

Valor Global: R\$ 20.640,00 (vinte mil, seiscentos e quarenta reais);

Dotação/Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 3892 – Desdobramento da Despesa – Ficha 4416

Prazo de execução: 12 meses;

Vigência Contratual: 01/07/2026 a 01/07/2027, doze meses renováveis.

Data da autorização da dispensa de licitação: 22 de maio de 2026.

Data da homologação: 22 de maio de 2026.

Registrado e publicado no Diário Oficial.

Câmara Municipal de Jarinu / SP, 10 de junho de 2026.

Rogério Pereira de Souza
Presidente

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

RESOLUÇÃO 07/2014 TC-A-008605/026/14 – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Declaração de documentos à disposição do tribunal

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jarinu

CNPJ Nº: 01.569.688/0001-98

CONTRATADA: Papelaria e Copiadora Copysul LTDA



CNPJ Nº: 68.533.967/0001-72

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): PROCESSO 98/2026

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2026;

VIGÊNCIA: 01/07/2026 a 01/07/2027, doze meses renováveis;

OBJETO: Locação de impressoras multifuncionais para uso das dependências da Câmara Municipal de Jarinu, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e insumos e suporte técnico especializado, conforme especificações constantes no Termo de Referência integrante do Processo nº 98/2026.

VALOR (R\$): R\$ 20.640,00 (vinte mil, seiscentos e quarenta reais);

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob

as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Jarinu/SP, 10 de junho de 2026.

Rogério Pereira de Souza
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2026

Dispõe sobre a concessão de licença à Prefeita Municipal de Jarinu para afastamento do cargo e/ou ausência do Município pelo prazo de 30 (trinta) dias, na forma da Lei Orgânica Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no art. 31, inciso V, e no art. 59 da Lei Orgânica do Município, bem como no art. 106, inciso V, do Regimento Interno da Câmara Municipal, aprova o seguinte:

Art. 1º Fica concedida licença à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Jarinu, Débora Cristina do Prado Belinello, para afastar-se do exercício do cargo e/ou ausentar-se do Município pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período de 01 de julho de 2026 até 31 de julho de 2026, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. A licença de que trata este Decreto Legislativo é concedida para fins de gozo de férias.

Art. 2º Durante o período de licença da Prefeita Municipal, assumirá o exercício do cargo de Chefe do Poder Executivo Municipal o Vice-Prefeito, Sr. João Carlos Lopes de Camargo, na forma prevista na Lei Orgânica do Município.

Art. 3º A licença ora concedida será sem prejuízo da remuneração, observado o disposto no art. 59, § 1º, da Lei Orgânica do Município.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 03 de junho de 2026.

Rogério Pereira de Souza (Sapão)
Presidente da Câmara Municipal de Jarinu